

O PODER POLÍTICO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM TIMOR-LESTE: UMA PERSPECTIVA PELA ANÁLISE DO DISCURSO

Rosane Lorena de Brito¹

Carolina Magalhães²

Uma breve apresentação do Timor-Leste: a cooperação brasileira, a geografia, a história e a língua

Em 2012, através da Cooperação Internacional organizada pela CAPES, 50 professores, de diversas áreas do conhecimento, desembarcaram em Timor-Leste para trabalhar com capacitação de profissionais da educação timorense. Essa missão consistia em orientar os discentes para metodologias de ensino em língua portuguesa (doravante LP). Os professores brasileiros da disciplina de línguas, além da capacitação, deveriam também ministrar, para diversos funcionários públicos timorenses, o ensino de língua portuguesa instrumental. Naquele período, somente 3% da população falava o português.

O país é uma ilha no Sudeste asiático com extensa paisagem linguística. Segundo o linguísta australiano Geoffrey Hull (2002), que teve importante papel na definição inicial da política linguística timorense (Lucca, 2021), o Timor apresenta 16 línguas maternas.

O Território é basicamente composto pela porção oriental da ilha de Timor; além de Oecusse, um enclave localizado na costa norte da parte ocidental da ilha; [...]. O conjunto das terras atinge a extensão de cerca de 15.000 quilômetros quadrados e pode ser comparado em tamanho, no caso brasileiro, ao estado do Sergipe. **Pequenez esta que, por diversas vezes, fora utilizada como argumento contrário à viabilidade de sua independência.** No entanto, **este diminuto espaço apresenta uma rica variedade linguística, cerca de 16 línguas maternas** que são agrupadas em dois grandes troncos: austronésias e papuas[...] sob outra tradição de estudos linguísticos também pode ser nomeada como malaio-polinésicas e pápuas [...] enquanto o território de Timor-Leste apresenta essa grande diversidade linguística, **a parte indonésia(Oeste) da ilha de Timor apresenta uma variedade de apenas três línguas nativas** (Lucca, 2021, p. 27, grifos nossos).

Assim, este pequeno país, de grande diversidade linguística, foi colonizado pelo Império Português no século XVI, conseguiu sua independência em 1975, porém, pouco tempo depois, foi invadido pela Indonésia. Recém-saído de uma invasão sangrenta de 20 anos de duração, promovida pelo país vizinho, a Indonésia, após tantos outros séculos de colonização - e exploração – portuguesa, o país, hoje, tenta manter a língua portuguesa como a segunda língua oficial. Uma das diversas formas de opressão do segundo invasor foi a proibição em se falar o português, com o perigo, para quem o falasse, de prisão e morte. Deste modo, quando a Cooperação chegou ao Timor, a geração pós-independência comunicava-se no bahasa Indonésio, tétum, suas diversas línguas maternas e o inglês (esta por causa da ONU e sua

¹ Doutoranda em Linguística Aplicada pela UFF. Linha de pesquisa 3: Histórica, Política e Contato Linguístico. Bolsista CAPES; Mestra em Humanidades pela UNILAB.

² Insira nesta nota a titulação do(a) segundo(a) autor(a), se houver, e a sigla da instituição que representa e outra informação que considere relevante. Se não houver segundo(a) autor(a), delete esta nota.

proximidade com a Austrália), porém, os líderes atuais e todos os katuas e ferik (pessoas, homem e mulher, com mais de 50 anos), que haviam lutado pela independência do país e conquistado o poder político, em sua maioria, falavam o português. Portanto, percebe-se toda uma narratividade histórica em torno da língua no Timor, e muitos dos que lutaram através de armas, guerrilhas ou diplomacia, atualmente, ocupam altos cargos políticos, com um discurso engajado em prol da língua portuguesa. Segundo o cientista social Daniel de Lucca, a narrativa da luta pela independência foi/é muito importante para a construção da nova nação:

Como primeiro país a conquistar a independência no século XXI, a história tornou-se uma peça-chave no processo narração da nação e construção do Estado timorense. Justamente por oferecer imagens de fundação, continuidade e singularidade, elementos projetados como definidores da identidade e da unidade nacional, o conhecimento histórico desempenha um papel crucial na formação da memória coletiva, na sensibilização de grupos de interesse, na legitimação do poder político e nas reivindicações de soberania do Estado (Lucca, 2021, p. 13).

Quando se inicia a convivência com os timorenses, percebe-se que esta narratividade também migra para a língua portuguesa. Então, diante desta nação apelidada de Babel Lorosa'e, enquanto moramos e trabalhamos no país, de junho de 2012 a março de 2015, fizemos várias entrevistas buscando saber dos entrevistados suas percepções sobre a Língua Portuguesa e a importância dela para a nação.

Abrimos aqui um parêntese para explicar que, no momento destas entrevistas, não tínhamos nenhuma pretensão de pesquisa acadêmica e, sim, questões próprias ao nos depararmos com uma realidade tão diversa da nossa, como professores do ensino básico e pré-vestibular. Percebemos, após os seis meses ministrando aulas, que o lugar da LP no país não era o que imaginávamos: uma língua que empoderava, que traria desenvolvimento aos timorenses, etc. Tudo isto trouxe um certo incômodo que nos levou a questionar sobre esta língua a todos com quem tivemos contato dentro do país: "o retorno incessante a uma questão que incomoda indica que há 'alguma coisa por trás', confirmando a não resolução da questão" (Pêcheux, 2021, 77). Então, resolvemos procurar saber o ponto de vista da população geral, não só de quem comandava, mas também do dono da venda da esquina que não falava a língua portuguesa, mas queria que os filhos estudassem na escola portuguesa.

O *corpus* compõe-se de entrevistas com estudantes secundaristas, militares de altas patentes ou soldados, professores secundaristas e universitários, o dono da venda da esquina de nossa casa, políticos e até crianças.

Anos após estas entrevistas nos deparamos com o seguinte escrito de Eni Orlandi sobre sua visita aos Xerete:

Não levei questionários preparados, não me posicionei diante dos índios como pesquisador que está lá para tirar-lhes informações. Não segui métodos dominantes. Fui lá conhecê-los. Como brasileira que quer conhecer brasileiros que não conhece. Não assumi nenhuma posição formal como "linguista". [...] Observava tudo, sim, mas sem método, [...] sem idéias pré-concebidas (Orlandi, 2009, p. 16.).

Diferentemente da Eni Orlandi, tínhamos, sim, ideias pré-concebidas (possivelmente, decorrente de um pensamento político e ideológico de uma memória colonizadora, a língua portuguesa, no nosso entendimento, era o melhor para o povo timorense. Era esta língua que traria desenvolvimento ao país, era a língua da guerrilha e da resistência timorense, portanto, de grande importância para a nação, etc), mas voltamos para o Brasil com uma perspectiva totalmente diferente sobre língua, já com a ideia de que ela não é una. As línguas entram em confronto e novas são criadas, estão em constante movimento e nos pareceu que isto ocorre intensamente no Timor. Percebemos, através das entrevistas, que a diversidade linguística produz subjetividades e diferenças nos embates identitários, pode motivar conflitos, hierarquizando-se e construindo desigualdades de poder, de acesso a um emprego público e cargos políticos - que no timor requer saber a língua portuguesa - de direitos e de cidadania, dentre outras.

[...] as línguas não são objetos etéreos. São fato social, histórico, são praticadas, funcionam em condições determinadas, têm materialidade, fazem história. As práticas simbólicas, que são as línguas funcionam pelo político. Relações de poder regem seu funcionamento e é impossível pensá-las fora destas condições que, para resumir, eu chamaria de político-históricas. Em diferentes momentos da história as relações de poder se organizam e declinam de modo diferente suas relações com a língua e entre as línguas, nas e entre as diferentes sociedades. (Orlandi, 2009, p. 171).

Então, com o objetivo de tentar entender o fator social e histórico pelo qual perpassa a história da língua portuguesa no Timor-Leste, para este artigo do XI SEAD, optamos pela entrevista com Mário Alkatiri, um importante líder político que, desde os 21 anos (1970), faz parte de movimentos para a libertação de Timor contra o jugo da colonização. Nossa conversa durou 48 minutos e 15 segundos, em que ele falou sobre sua trajetória política desde seus 18 anos, quando se juntou à luta para acabar com o jugo secular de Portugal e a invasão seguinte da Indonésia, até o momento da entrevista em 08 de março de 2015, quando ele contava 68 anos de idade. Desta entrevista, foram recortadas somente suas percepções sobre a língua portuguesa para a política timorense.

Entrevista e Análise

Pergunta: Quando e por que sentiu este desejo, esta necessidade da língua portuguesa ser a língua oficial de Timor-Leste?

Mário Alkatiri: *Por razões histórico-culturais e por razões objetivas, por estas duas razões.[...] “Nós nos entendíamos em tétum e em português, as duas línguas em conjunto, simultâneas. Eu defendo a tese, não sendo linguista, de que nenhuma das duas línguas conseguem se desenvolver em Timor-Leste sem a outra, as duas línguas têm que se desenvolver em conjunto. Algumas vezes é o português que se submerge no tétum, outras vezes é o tétum que se submerge no português.”*

“[...] no fundo nós somos o que somos porque nos tornamos diferentes [...]”; “As colonizações não trazem só parte negativa, trazem também afirmação de uma nova identidade.”; “Nós não somos portugueses, que fique claro! Nós não temos nada a ver com ser português. Mas a presença portuguesa de quase 500 anos em Timor-Leste, marcou, fez com que nós fôssemos diferentes daqui da região[...]; “tanto que nós somos um novo estado conhecido internacionalmente pela lei

internacional. Por quê? Nunca fomos colônia holandesa, tanto que não tínhamos que pertencer a Indonésia.”

Para trabalhar com esta entrevista pelo viés da Análise do Discurso(AD), partimos do gesto de leitura materialista em que língua e história se juntam para nos mostrar que existe algo além do que nos é evidente. Entendemos que os discursos não são naturais, Alkatiri, em sua posição de liderança, fala em nome de um discurso constituinte, tomando uma posição daquele que tem o direito de opinar sobre a língua. Talvez um direito adquirido através das batalhas travadas contra dois invasores: Portugal e Indonésia.

A princípio, vale destacar a potência de uma teoria que se transforma no embate com o material e sempre tensiona língua e história. O pesquisador deve ler e escutar as contradições no seu arquivo, para reconhecer nele certos "átomos" de linguagem, a partir dos quais algo pode derrapar do domínio das evidências; e de onde emergem a revolta e a resistência (Sousa; Ribeiro, 2023, p. 130).

Em suas respostas, Mário Alkatiri, como político e ex-guerrilheiro, parece entender o lugar da língua nas relações de poder e se propôs a abandonar a ideia de uma língua portuguesa única em prol de uma língua do Timor-Leste, propondo a ressignificação dos usos linguísticos para uma emancipação timorense. Ao transformar a língua do opressor, faz-se uma cultura de resistência que, segundo hooks (2008) cria uma fala íntima que se pode dizer muito mais do que era admissível dentro de uma língua copiada do colonizador – no caso de Timor-Leste, a língua portuguesa –, fabricando espaços para uma língua não hegemônica. Desse modo, negou-se ao colonizador a ideia de posse da língua portuguesa, como disse Alkatiri: *nos tornamos diferentes [...]*; *“As colonizações não trazem só parte negativa, trazem também afirmação de uma nova identidade.”*; *“Nós não somos portugueses, que fique claro! Nós não temos nada a ver com ser portugueses. Mas a presença portuguesa de quase 500 anos em Timor-Leste, marcou, fez com que nós fôssemos diferentes daqui da região[...]*”. Segundo o escritor César Aira (2007), no *Pequeno Manual de Procedimentos*, o abandono é regido por renúncias que funcionam como mecanismos que abrem portas.

Porém, segundo Orlandi (2005), a compreensão é muito mais do que ouvir, depreender e interpretar, de modo que o saber o português não é o bastante para que o enunciado seja inteligível. O contato com a Análise de Discurso levou a pesquisa a outros objetos simbólicos que intervêm no sentido já que ela busca compreender como o sentido se constrói.

Basta se saber português para que esse enunciado seja inteligível; no entanto não é interpretável pois não se sabe quem é ele e o que ele disse. A interpretação é o sentido pensando-se o co-texto (outras frases do texto) e o contexto imediato. [...] No entanto, a compreensão é muito mais do que isso. Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc.) produz sentidos. É saber como as interpretações funcionam. Quando se interpreta já se está preso em um sentido. A compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que se possam “escutar” outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem. [...] Em

suma, a Análise de Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos (Orlandi, 2005, p. 26).

Alkatiri, em sua resposta aos questionamentos de uma parte dos cidadãos timorenses que se opunham à língua portuguesa, pôde dar corpo a ideia de que o sujeito é clivado por diversas vozes que interferem no que ele vai fazer ou dizer:

“Agora, eu sei qual é a identidade, minha identidade, mas vocês não sabem. O que nós queremos é que vocês aprendam a vossa identidade. ‘Ah, mas nós não somos portugueses!’ Claro que não são. Vocês vão aprender o português, por opção já, mas fazendo parte de vossa história e vossa cultura. Nós não, nós aprendemos o português como língua de dominação. Mas mesmo assim, marcamos, nos tornamos diferentes, e não foi por isso que nós deixamos de lutar contra Portugal.”

É notável, nesse ponto, a tensão linguística gerada no confronto contra as invasões. Dentro de um país com várias línguas autóctones, a homogeneização, naquele momento de luta contra um novo invasor, veio não pelo tétum – língua falada em quase todo o território, mas pelo português. A língua portuguesa, de matriz europeia, já com histórico de dominação, e cujos líderes da guerrilha, inscritos em uma ideologia de resistência contra a colonização indonésia, falavam foi um instrumento para levar a luta do Timor-Leste para o mundo lusófono e deste mundo para a amplidão. Dessa maneira, o discurso atual recorta memórias discursivas existentes de uma época anterior e de militância dentro das florestas onde guerrilheiros/os e civis se escondiam. Dentre estas diferentes posições discursivas, pode-se recortar saberes daquela época de militância, ou seja, a possibilidade de uma língua europeia ajudar a sair da submissão de outro dominador, os indonésios.

[...] dando conta de que essa língua precisaria ser possuída, tomada, reivindicada como um espaço de resistência. [...] Necessitando da língua do opressor para falar uns com os outros, eles não obstante também reinventavam, refaziam essa língua de tal modo que ela falaria além das fronteiras da conquista e da dominação (Hooks, 2008, p. 859).

Valemo-nos das palavras de Bell Hooks (2008, p. 859) para concluir esta análise ratificando que no Timor há uma recusa de encerrar a língua em fronteiras, e usar a linguagem para rompê-las é também lutar contra a opressão.

Por fim, entendemos que a discursivização sobre a língua portuguesa foi ligada, pelos que lutavam pela independência do Timor, à possibilidade de vida, cujo objetivo foi a conquista da independência e a transformação de uma nação em algo que é diferente, ou seja, não é Portugal e tampouco Indonésia. Assim, a língua do colonizador português que oprimiu apresentou um outro modo de se relacionar com ela.

REFERÊNCIAS

- AIRA, Cesar. *In*: MARQUADT, Eduard (org.). **Pequeno Manual de Procedimentos**. Trad. Marco Maschio Chaga. Curitiba: Arte & Letra, 2007.
- CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola, 2002.
- CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.
- CHASSOT, Maria de Fátima. **Timor Leste**: língua, ideologia e representações. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. O conceito de “Política Linguística”: reflexões a partir do diálogo entre a História das Ideias Linguísticas, a Análise do Discurso e a Semântica do Acontecimento. *In*: MASMANN, Débora; COSTA, Greciely (org.). **Linguagem e historicidade**. Campinas: Editora RH, 2013.
- HOOKS, Bell. Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n. 3, p. 857-864, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/GWcB7QS3ZNxr3jn6qj6NHHw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 abr. 2023.
- LUCCA, Daniel de. **A Timorização do Passado: nação, imaginação e produção da história em Timor-Leste**. Salvador: EDUFBA, 2021.
- MARIANI, Bethania Sampaio Correa. **Revolução de 30 e memória histórica, uma questão para a Análise do Discurso**. Dissertação (Mestrado em Linguística) - IEL, UNICAMP, Campinas, 1988.
- MARIANI, Bethania Sampaio Correa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Discurso fundador, a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes, 1993. p. 31-42.
- ORLANDI, Eni P. **Língua Brasileira e Outras Histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 5. ed. São Paulo: Pontes, 2005.
- ORLANDI, Eni P. Maio de 1968: os silêncios da memória. *In*: ACHARD, Pierre *et al.* (org.). **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- ORLANDI, Eni P. Processo de descolonização linguística e lusofonia. **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, SP, v. 10, n. 19, p. 9-19, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8659723>. Acesso em: 19 abr. 2023.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. *In*: ACHARD, Pierre *et al.* (org.). **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. Tradução de Eni P.Orlandi. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1993. p.61-161. Tradução de: *Analyse automatique du discours*, 1969.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.
- SOUSA, Lucília Maria Abrahão e; RIBEIRO, Thales de Medeiros. Travessias de uma Análise: o gesto de leitura de cada analista. *In*: **Tornar-se analista de discurso**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.
- ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela; DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. Declinando a língua pelas injunções do mercado: institucionalização do Português Língua Estrangeira (PLE). **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 37, p. 89-119, 2008.